

CONJUNTURA / Lula sanciona lei que estima receitas e fixa despesas para este ano, mas apresenta seis vetos. Maior parte dos recursos iria para a ciência e tecnologia, só que foi retirada devido a questão técnica e pode ser reposta

Orçamento perde R\$ 4,2 bi

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro deste ano. A decisão foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)*, com seis vetos, alegando “contrariedade do interesse público”.

Foi vetado um total de R\$ 4,266 bilhões em despesas propostas — a maior parte, cerca de R\$ 4,18 bilhões, iria para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e seria investido em ações de fomento à pesquisa, contratos com organizações sociais e obras públicas. O motivo do veto, segundo o Executivo, é o descumprimento da proporção entre operações reembolsáveis e não reembolsáveis, algo que é exigido pela legislação que regulamenta o FNDCT.

Segundo o economista Muriilo Viana, especialista em contas públicas, a lógica deste veto é que a medida provisória editada ainda no governo Bolsonaro não permite que a parte não reembolsável do FNDCT seja maior do que a reembolsável. “Essa MP deve perder eficácia ainda em fevereiro, se não for aprovada pelo Congresso. Depois disso, o atual governo poderá remanejar melhor os recursos no FNDCT”, explicou.

De acordo com Viana, em alguns vetos o Congresso buscou colocar emendas de comissão para arcar com despesas obrigatórias. “Um exemplo é o caso do Incra, em que o legislador tentou atribuir R\$ 15,6 milhões para o instituto adquirir máquinas e equipamentos para o estado do Rio Grande do Norte. O veto foi no sentido de que não há relação direta entre a atividade pretendida e as competências do Incra”, observou.

A pedido do Ministério do Planejamento e Orçamento,

Douglas Magno/AFP



Vetos do presidente atingem, inclusive, algumas distorções, como atribuir a um ente uma despesa que pertence a outro, comum no orçamento secreto

Lula vetou o artigo que cria nova identificação orçamentária para as despesas previstas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, aprovada pelo Congresso no ano passado. A pasta justificou um “aumento de rigidez e de ineficiência no processo de alocação”, com a criação de um novo tipo de rubrica.

Orçamento secreto

Conforme o acordo entre o governo e o Congresso, o Orçamento de 2023 redistribuiu os R\$ 19,4 bilhões das emendas de relator, que integram o Orçamento Secreto. Pelo texto aprovado, o relator-geral poderá destinar até R\$ 9,85 bilhões (50,44% do total)

em emendas vinculadas a políticas públicas. Os R\$ 9,55 bilhões restantes reforçaram as emendas individuais impositivas.

Entre outros pontos, o texto prevê o pagamento de R\$ 600 do Bolsa Família em 2023, com adicional de R\$ 150 por criança até seis anos. No caso do salário mínimo, a proposta previa R\$ 6,8 bilhões adicionais para custear o reajuste de R\$ 1.302 para R\$ 1.320. Mas o montante reservado é insuficiente para elevar o valor, devido a um aumento no número de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujos pagamentos são, em sua maioria, atrelados ao mínimo. Assim, o reajuste do piso salarial depende de outra fonte de custeio.

Valores que não foram aceitos

- » R\$ 4,18 bilhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)
- » R\$ 60 milhões para fomento ao associativismo e ao cooperativismo ao Ministério da Economia
- » R\$ 15 milhões ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
- » R\$ 8 milhões ao Fundo Geral de Turismo (Fungetur)
- » R\$ 250 mil ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen)
- » 512 cargos, sendo 417 em seis universidades federais de cinco estados e 95 na Agência Nacional de Mineração (ANM). Outros 1.829 cargos nas mesmas universidades que seriam criados também foram vetados

Fonte: DOU

Novo Bolsa Família de R\$ 600 começa a ser pago hoje

» MICHELLE PORTELA

Começa hoje o pagamento de janeiro do novo Bolsa Família, com valor mínimo de R\$ 600 para as famílias cadastradas. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), os cartões utilizados pelos beneficiários do Auxílio Brasil seguem válidos para saques e movimentações para a

nova fase do programa.

Os primeiros a receberem o benefício são aqueles com Número de Identificação Social (NIS) de final 1. O cronograma segue até 31 de janeiro para os que tem NIS terminado em zero.

O repasse mínimo de R\$ 600 a cada família foi garantido a partir da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pelo Congresso, em dezembro, e posteriormente oficializado com uma

Veja o calendário conforme o NIS

1 - 18/01/23	6 - 25/01/23
2 - 19/01/23	7 - 26/01/23
3 - 20/01/23	8 - 27/01/23
4 - 23/01/23	9 - 30/01/23
5 - 24/01/23	0 - 31/01/23

medida provisória publicada dia 2. O governo trabalha, agora, para viabilizar o novo Bolsa Família, que incluirá o pagamento de R\$ 150 a mais por criança de zero a seis anos de idade em cada lar.

Para isso, a gestão do ministério realiza, em parceria com estados e municípios, uma atualização do Cadastro Único de programas sociais do governo federal. Busca também pessoas que têm direito ao benefício, que

ainda não estão com dados cadastrais atualizados.

“A previsão é de que a gente possa, em fevereiro, trabalhar as condições de atualizar o Cadastro Único para que, em março, o pagamento seja acrescido dos R\$ 150 por criança”, afirmou o ministro Wellington Dias. Nesta primeira fase, o Bolsa Família chega a 21,9 milhões de beneficiários. O valor médio por lar é de R\$ 614,21.

CNM critica novo piso

» MARCOS BRAZ*

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) criticou o aumento no piso salarial concedido aos professores pelo Ministério da Educação, na segunda-feira. Segundo o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, a Portaria 17/2022 do MEC é “institucional”, pois não indica a fonte dos recursos para o reajuste. Para ele, se o prefeito der aumento com base no dispositivo, estará “cometendo improbidade administrativa porque não tem base em lei”.

Além disso, de acordo com os cálculos da confederação, o custo total do reajuste do piso pode chegar a R\$ 19,4 bilhões anuais para os cofres dos municípios. Segundo o presidente da CNM, o custo inviabiliza a gestão da educação básica e agrava situação fiscal.

“Estamos orientando os municípios a não concederem (o aumento), por mais que entendamos como importante. Esse montante inviabiliza a educação no Brasil”, disse Ziulkoski.

O reajuste concedido foi de 14,95% — o piso pulou de R\$ 3.845,63 para R\$ 4.420 — e tinha sido divulgado no fim do governo Bolsonaro. O presidente do CNM classificou o aumento uma “irresponsabilidade” do atual governo por manter a decisão da gestão anterior.

“Existe um vácuo legal na correção do piso. O antigo governo e o de Lula entendem que é possível suprir via portaria, mas é necessária legislação”, observou.

Técnicos da CNM explicam que o critério utilizado para o reajuste perdeu a validade com o início da vigência da lei que criou o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Mas caso a prefeitura decida pagar o valor do novo piso, Ziulkoski orienta que o município baixe uma legislação local para se respaldar juridicamente.

Segundo o MEC, “o entendimento jurídico consolidado e vigente sobre a questão confere respaldo técnico e jurídico à utilização do indicador VVAF-MIN — valor anual mínimo por aluno, que é calculado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) — como critério para reajuste. Dessa forma, o MEC elevou o piso para R\$ 4.420,55”.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

NEGÓCIOS

Minoritários veem fraude na Americanas

A Associação Brasileira de Investidores (Abradin), que representa minoritários, fez um pedido para que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apure as responsabilidades no caso do buraco contábil da Americanas, da ordem de R\$ 20 bilhões. A associação está trabalhando com auditores próprios e vê “indícios de desvio de caixa”, que seriam acobertados por irregularidades contábeis.

“Fizemos uma denúncia na CVM pedindo para apurar as informações relativas ao buraco contábil, para que com base nos dados apurados possamos fazer uma denúncia mais concreta. Ainda não entramos com ação, pois seria aventureiro e açodado”, diz o advogado Marco Aurélio Valporto, presidente da associação, que tem sede no Rio.

De acordo com Valporto, a associação tem auditores trabalhando em paralelo às investigações oficiais. “Estamos usando uma

auditoria nossa, com técnicos nossos, para chegar às nossas conclusões”, afirmou, para completar: “Há evidências de que havia desvio de caixa, não apenas erros contábeis. Estes serviriam para acobertar aqueles. Já encontramos indícios sérios desse tipo de prática”.

Para o advogado, não há dúvida de que houve erro da auditoria PwC, embora não esteja claro se houve dolo. “Ninguém sabe o que está acontecendo. O que sabemos é que há uma fraude, que aumentou de R\$ 20 bilhões para 40 bilhões. Não sabemos como correu. Precisamos de mais detalhes para apontar mais corretamente a culpa e eventualmente o dolo”, explicou.

Capitalização

A capitalização da Americanas, por meio de uma injeção de recursos dos acionistas de referência — Jorge Paulo Lemann,

Americanas/Divulgação



Fornecedores temem que interrupção na entrega de mercadorias piore ainda mais a situação da empresa

Fornecedores reconhecem o risco de uma interrupção do fluxo de mercadorias por um período mais longo quebrar a varejista. Por isso, buscam uma saída negociada. O termo dessa tentativa seria a indústria aprovar uma nova venda mediante o pagamento à vista de uma parcela de uma venda mais antiga. Para um executivo, isso “diminuiria a bola de neve”.

Com 1,8 mil lojas físicas, a Americanas é um canal de vendas importante para a indústria, que precisa da varejista para escoar a produção. Empresas dizem que a suspensão momentânea das vendas não chega a afetar os negócios da varejista porque há estoques. Entretanto, segundo outro fornecedor, a Americanas suspendeu compras até segunda ordem. Por isso, os produtos são agora vendidos para varejistas como Magazine Luiza e Via.

Marcel Telles e Carlos Alberto Scipira —, é o ponto crucial na visão dos fornecedores para destravar o fluxo de vendas de novas mercadorias para a varejista. Desde a semana passada, quando o rombo bilionário

da varejista se tornou público, parte da indústria de bens duráveis teria interrompido o faturamento para companhia. Segundo um deles, a questão é saber se os acionistas “vão colocar dinheiro ou não”.

Outro executivo da indústria de bens duráveis confirmou que está “em compasso de espera” das negociações sobre o futuro da empresa antes de aprovar novas vendas, mesmo tendo seguimento de crédito.